

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**EXPROPRIAÇÕES (REGIME ESPECIAL DO DECRETO-LEI N.º 123/2010, DE 12 DE NOVEMBRO)**

As orientações técnicas que se seguem constituem uma ferramenta de apoio técnico com a finalidade de contribuir para a otimização da instrução dos pedidos de declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação, necessários à realização das infraestruturas referidas no Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, elencando-se de seguida os documentos que devem instruir estes pedidos, com uma breve descrição do seu conteúdo e alguns exemplos de aplicação prática, bem com a referência à respetiva fundamentação legal.

Salienta-se que apenas estão em causa os pedidos que abranjam a realização de infraestruturas da mesma natureza das referidas no n.º 2 do artigo 1.º do mencionado diploma que integram candidaturas beneficiárias de cofinanciamento no âmbito do «Portugal 2020».

Antes, porém, alerta-se para os seguintes aspetos:

Apenas devem ser enviados para o processo a informação e os elementos que digam respeito às parcelas a expropriar, devendo evitar-se fazer constar do processo informação e documentos relativos a parcelas cuja declaração de utilidade pública não é pedida, sobretudo se contiverem dados pessoais não relevantes para apreciação do pedido.

A infraestrutura deve ser identificada sempre pela mesma designação ao longo do processo e em cada documento instrutório que a refira.

DOCUMENTOS	FUNDAMENTAÇÃO
1. OFÍCIO Ofício dirigido ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, contendo proposta de concretização dos bens a expropriar. Este ofício deve ser acompanhado da guia de remessa devidamente preenchida	Artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo

DOCUMENTOS	FUNDAMENTAÇÃO
<p>(modelo disponível no sítio institucional da DGAL), com identificação dos documentos instrutórios enviados.</p> <p>Recomenda-se que os documentos sejam organizados pela ordem que consta da guia de remessa modelo DGAL.</p>	
<p>2. MAPA DE CONCRETIZAÇÃO DOS BENS A EXPROPRIAR</p> <p>Modelo DGAL disponível no sítio institucional da DGAL.</p> <p>No mapa, a entidade responsável pela implementação da infraestrutura deverá:</p> <p>2.1. Indicar a data e o órgão que deliberou requerer, ao abrigo deste regime especial, a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;</p> <p>2.2. Identificar as parcelas a expropriar, mediante a indicação do respetivo número e fornecer a área das mesmas;</p> <p>2.3. Identificar os interessados:</p> <p><u>Conceito de interessados</u></p> <p>Consideram-se interessados os titulares de qualquer direito real ou ónus sobre o bem a expropriar, como sejam proprietários, usufrutuários, superficiários, credores hipotecários, credores penhoratícios, titulares de servidões e ainda os arrendatários de prédios rústicos ou urbanos.</p> <p>São tidos por interessados todos aqueles que no registo predial, na matriz ou em títulos bastantes de prova que exibam, figurem como titulares dos direitos acima referidos.</p> <p>Sempre que se trate de prédios omissos ou haja manifesta desatualização dos registos e das inscrições, também são interessados aqueles que pública e notoriamente forem tidos como tais.</p> <p><u>Identificação dos interessados</u></p> <p>Os proprietários e demais interessados conhecidos são identificados pelo nome e residência habitual, ou pela denominação social e sede, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva respetivamente.</p>	<p>Artigos 3.º, n.º 2, e 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro</p>

DOCUMENTOS	FUNDAMENTAÇÃO
<p>Desconhecendo-se a residência, deve tal facto ser expressamente mencionado.</p> <p>Deve, ainda, ser expressamente mencionado no mapa a existência de proprietários e outros interessados desconhecidos, se for o caso.</p> <p>Quanto aos proprietários casados devem ser identificados ambos os cônjuges, exceto se o regime de bens for o da separação e no registo predial só constar um deles como proprietário.</p> <p>Se as parcelas integrarem herança indivisa, deve ser identificado o proprietário autor da herança e todos os seus herdeiros conhecidos.</p> <p>2.4. Identificar as parcelas:</p> <p>As parcelas a expropriar devem ser identificadas através da menção das descrições prediais e inscrições matriciais dos respetivos prédios.</p> <p>Se os prédios se encontrarem omissos na matriz, tal circunstância deve ser expressamente mencionada no mapa.</p> <p>Por sua vez, se os prédios não estiverem descritos, ou a sua descrição for desconhecida na Conservatória, tal circunstância deve ser expressamente mencionada no mapa.</p> <p>2.5. Referir o montante dos encargos a suportar com a expropriação;</p> <p>2.6. Mencionar o previsto nos instrumentos de gestão territorial para os imóveis a expropriar, nomeadamente no que toca às condicionantes da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN).</p>	
<p>3. COMPROVATIVO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA A COFINANCIAMENTO</p> <p>A entidade deverá apresentar documento que comprove que a infraestrutura a implementar tem a mesma natureza das referidas no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro e integra uma candidatura beneficiária de cofinanciamento europeu, no âmbito do «Portugal 2020».</p>	<p>Artigo 1.º e 10.º-A do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro</p>
<p>4. EXTRATO LEGENDADO DA PLANTA DA RAN COM AS PARCELAS SINALIZADAS</p> <p>O extrato enviado deve apresentar-se em escala legível, com a área da parcela</p>	<p>Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de</p>

DOCUMENTOS	FUNDAMENTAÇÃO
a expropriar devidamente delimitada e identificada.	novembro
5. EXTRATO LEGENDADO DA PLANTA DA REN COM AS PARCELAS SINALIZADAS O extrato enviado deve apresentar-se em escala legível, com a área da parcela a expropriar devidamente delimitada e identificada.	Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro
6. TÍTULO VÁLIDO DE UTILIZAÇÃO DO SOLO INTEGRADO NA RAN Em razão da localização e do tipo de infraestrutura a realizar poderá ser necessário instruir o processo com pareceres, autorizações ou outros títulos, válidos e eficazes, atendendo ao regime jurídico constante no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual.	Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro
7. TÍTULO VÁLIDO DE UTILIZAÇÃO DO SOLO INTEGRADO NA REN Em razão da localização e do tipo de infraestrutura a realizar poderá ser necessário instruir o processo com pareceres, autorizações ou outros títulos, válidos e eficazes, atendendo ao regime jurídico constante no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual.	Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro
8. DECLARAÇÃO (MODELO DGAL) Modelo DGAL disponível no sítio institucional da DGAL. Deve ser enviada em suporte papel, devidamente preenchida e subscrita pela entidade requerente.	
9. PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS PARCELAS PARA PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA As plantas devem conter apenas os elementos estritamente essenciais à identificação das parcelas a expropriar, da entidade requerente e da infraestrutura em questão, bem como a menção da escala legal, evitando-se o uso de logotipos e de frases, bem como a representação de prédios ou construções existentes nas parcelas ou nas suas imediações que não sejam estritamente indispensáveis à identificação das parcelas.	Artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro

DOCUMENTOS	FUNDAMENTAÇÃO
<p>Devem ser elaboradas a preto e branco, com recurso a convenções gráficas que permitam a sua distinção em relação a outros elementos constantes da planta, como os limites dos prédios e as vias de comunicação.</p> <p>Não são aceites plantas elaboradas sobre ortofotomapa.</p> <p>As parcelas devem ser representadas à escala legal prevista no artigo 10.º, n.º 2, do Código das Expropriações (1:1000 nas zonas interiores dos perímetros urbanos e 1:2000 nas exteriores), tomando como referência uma folha A4.</p> <p>Para além da planta em formato papel, a remeter juntamente com os demais elementos do processo, deve ser remetido um ficheiro em formato TIFF ou JPEG, a preto e branco, com dimensão não superior a 50 kb, para o endereço comunicacoes@dgal.gov.pt.</p> <p>Na eventualidade de os prédios estarem omissos na matriz e não descritos, ou se forem de descrição desconhecida, na Conservatória do Registo Predial, as plantas de localização a publicar em Diário da República devem conter as coordenadas dos pontos que definem os limites da área a onerar, reportados à rede geodésica.</p>	
<p>10. OUTROS ELEMENTOS</p> <p>Considerados relevantes pela entidade responsável pela implementação da infraestrutura.</p> <p>Salienta-se que, sempre que a entidade requerente não seja um município, tais como empresas municipais e concessionárias de obras ou serviços públicos, deverão ser invocados os poderes que habilitam a mesma e juntos os documentos que o atestam, como sejam os estatutos atualizados.</p>	